

<b>Assunto: Justiça salvou o Homem-Aranha</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Local</b>	<b>Seção/Repórter: Diário Urbano</b>
<b>Página: A6</b>	<b>Data:</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



### *Justiça salvou o Homem-Aranha*

Poucos souberam, mas Olinda poderia ficar neste ano sem uma das imagens emblemáticas do carnaval. A peripécia do Homem-Aranha na Caixa d'água, no Alto da Sé, ficou por um fio. Ou melhor, por uma teia, garantida à folia graças à juíza Adrienne Maria Ribeiro de Souza, da Quinta Vara Cível. Coube a ela analisar a reclamação da empresa, com a qual a Compesa mantém contrato para administrar a caixa, de que a sua prerrogativa de gerir o espaço fora tolhida ao se colocar tapumes e se autorizar a apresentação do herói à sua revelia. A empresa entende ser direito seu o controle exclusivo e restrito do prédio, um dos pontos turísticos da cidade. Vendo com rapidez o caso, o mascarado deveria mesmo se contentar com voos mais baixos. E se misturar a caveirinhas, a colombinas e a outras figuras terrestres. A teia salvadora foram as cláusulas do contrato anterior entre a Compesa e a prefeitura, e a quem, na forma da lei, é reservada a primazia do uso. Foram os detalhes, como é comum nos carnavais, os responsáveis por garantir aos ávidos pela imagem de um super-herói - mesmo que de mentirinha - a esperança de um domingo de carnaval completo. Afinal, como seria esse dia, para as redes sociais, sem a figura dos quadrinhos nas alturas. Fez-se justiça.

<b>Assunto: Aniversário do desembargador do TJPE, Stênio Neiva</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Viver</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: C3</b>	<b>Data:</b>

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

**viver**

---

## ***aniversariantes***

---

Denize Bérqamo, Eduardo Bandeira de Melo, Emanuel Leite, Eraldo Oliveira, Fernando Benício, Guilherme Lima, Ivo Tinô do Amaral, Janaina Lima, Maria de Fátima Ferrer, Maria Guimarães, Pedro Fernandes Neto e Stênio Neiva Coelho.

<b>Assunto: Conselheiros pedem julgamento federal</b>	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção</b>
<b>Página:</b> A6	<b>Data:</b>

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

CHACINA EM POÇÃO

## Conselheiros pedem julgamento federal

Os conselheiros tutelares de Pernambuco pedirão ao Superior Tribunal de Justiça que o julgamento da chacina de Poção seja federalizado. O requerimento se baseia no Artigo 109 da Constituição que assegura o deslocamento de competência para a Justiça Federal em caso de grave violação dos Direitos Humanos. Ontem, os profissionais realizaram uma mobilização nacional para lembrar a morte dos três conselheiros e da avó de uma criança cuja guarda está em disputa. Eles foram assassinados no dia 6, quando trafegavam de carro no Sítio Cafundó.

**EM BRASÍLIA, MINISTRA DETERMINOU CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO**

Em Brasília, uma comissão foi recebida pela ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, que determinou a criação de um grupo de trabalho para elaborar, em 60 dias, um manual de procedimentos de segurança para os 5.946

conselheiros tutelares do país. No Recife, houve um ato ecumênico e um manifesto no auditório da

Universidade Federal Rural de Pernambuco, além de uma caminhada e vigília. Diversos conselhos também amanheceram de portas fechadas em protesto a falta de segurança.

Um levantamento do profissionais ameaçados deverá



Profissionais se mobilizaram para lembrar mortes

ser divulgado após o carnaval pela Associação Metropolitana dos Conselheiros Tutelares. No ato, a entidade divulgou uma carta de reivindicações que será enviada para diversas instituições.

Entre os pedidos, que o governo do estado encaminhe um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa de Pernam-

buco instituindo o dia 6 de fevereiro como o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar, e que pague uma pensão especial, de dois salários mínimos, aos filhos ou ascendentes dos três conselheiros assassinados, além do fornecimento de formação inicial e continuada e da criação de um atendimento especializado.

<b>Assunto: MPPE pressiona o zoo a fazer reforma</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Cidades</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: Pág.6</b>	<b>Data:</b>

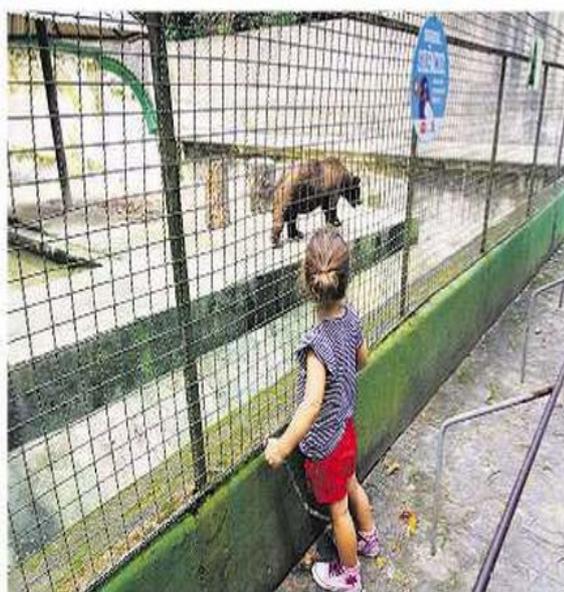
**jornal do  commercio**

# MPPE pressiona o zoo a fazer reforma

**INFRAESTRUTURA** Ministério Público entrou na Justiça recomendando mudanças urgentes no Parque de Dois Irmãos. Cobra ainda segurança, manutenção e conservação

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) entrou na Justiça para solicitar, em caráter de urgência, o início da reforma no Parque Estadual de Dois Irmãos, Zona Norte do Recife. O órgão ajuizou ação civil pública na 3ª Vara da Fazenda Pública. Além das obras, o MPPE requer a elaboração e implementação de planos de segurança, manutenção e conservação do parque, para evitar morte e desaparecimento de animais dentro da área de preservação.

Em maio de 2013, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (Semas) informou que iniciaria as obras de requalificação do espaço, orçadas em R\$ 40 milhões, naquele mesmo ano, após o MPPE abrir um inquérito para investigar os casos de envenenamento de animais. Entre 2009 e 2012, 11 bichos morreram por ingerir alimentos com chumbi-



Diego Nigro/JC Imagem

**AValiação** Animais precisam de mais espaço e cuidados

nho. Desde então, a pasta não realizou nenhuma construção e a situação se agravou. No ano passado, as quatro últimas espécies de aranhas azuis morreram sem razão definida.

O promotor responsável pelo caso, Ricardo Coelho, também recomendou im-

plantar medidas consideradas necessárias para melhorar as condições do espaço. A primeira é aumentar o número de profissionais, uma vez que o zoológico conta apenas com dois veterinários, três biólogos e um zootecnista, e construir um hospital veterinário, equipamen-

to inexistente em um parque com 600 bichos.

Outro pedido é a adequação dos recintos, com reprodução adequada do habitat de cada espécie e a substituição de grades e telas de proteção por material que isole os recintos sem apresentar risco aos animais e ao público.

Para evitar casos de envenenamento, na mesma ação, o promotor também recomendou a instalação de câmeras de monitoramento e reforço do policiamento no local para garantir a segurança tanto de dia quanto à noite.

## ORÇAMENTO

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado respondeu que o projeto de reforma já está pronto e aguarda apenas a abertura do orçamento para incluir o valor referente à construção e começar as obras ainda este ano.

<b>Assunto: Aniversário do desembargador do TJPE, Stênio Neiva</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Caderno C</b>	<b>Seção/Repórter: Dia a dia</b>
<b>Página: 3</b>	<b>Data:</b>

**jornal do  commercio**

**caderno C**

dia a **dia**

## Aniversariantes

Stênio Neiva, Alcymar Monteiro,  
Eduardo B. de Melo, Everardo Maciel,  
Guilherme Lima, Ivo do Amaral, Pedro  
Fernandes Neto, Antônio Azevedo,  
Valné Xavier, Washington Amorim,  
Janaína Lima e Francisco Julião.

<b>Assunto: Indicação do procurador Fernando Pessoa na lista sêxtupla para desembargador do TJPE</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Persona/Roberta Jungmann</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: Pág.6</b>	<b>Data:</b>



●

O procurador Fernando Pessoa vibrava por sua indicação na lista sêxtupla para desembargador do TJ, pela vaga do Ministério Público.

<b>Assunto: Desembargadores do TJPE no Bloco da Folha</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Persona/Roberta Jungmann</b>	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página: Pág.6</b>	<b>Data:</b>



Da bancada estadual, an-  
tados, Aluísio Lessa, Walde-  
mar Borges, Antonio Moraes,  
Marcantonio Dourado, José  
Maurício Cavalcanti junto  
com seu pai, Severino Ca-  
valcanti, além dos desem-  
bargadores Gustavo Lima e  
Antonio Carlos Silva.

<b>Assunto: Juizado do Aeroporto do Recife funcionará no carnaval</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 13/02/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Juizado do Aeroporto do Recife funcionará no carnaval**

Juizado do Aeroporto do Recife funciona normalmente no Carnaval Para ajudar os pernambucanos que deixam o Estado durante o Carnaval e os foliões que chegam para a festa, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conta com o Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife. A unidade funcionará normalmente nos quatro dias de folia, das 7h às 19h, solucionando, de forma imediata, conflitos relacionados ao direito do consumidor.

São recebidas no Juizado do Aeroporto do Recife reclamações sobre atraso ou cancelamento de voo, problemas com bagagem, falta de assistência pela companhia aérea, overbooking (venda de passagens acima da capacidade da aeronave) e erro no nome ou sobrenome no bilhete aéreo, entre outras.

A equipe do Juizado promove, na hora, conciliação entre os passageiros e as empresas, evitando a abertura de processo judicial. Nos casos em que não houver acordo, o usuário pode ingressar, no mesmo local, com uma ação judicial contra a companhia aérea.

Qualquer passageiro que se sentir lesado pode procurar o serviço, que não exige a presença de advogado e é gratuito. Basta apresentar documento de identificação com foto. Instalado em 2 de junho de 2014 para atender o público durante a Copa do Mundo, o Juizado Especial do Aeroporto do Recife tornou-se um serviço permanente oferecido pelo TJPE. Está localizado no 1º andar do terminal aéreo do Recife, na Ala Sul, próximo ao Check-In Sul e ao guichê da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

<b>Assunto: MPPE pressiona governo do estado para que comece obras no Parque Dois Irmãos</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 13/02/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **MPPE pressiona governo do estado para que comece obras no Parque Dois Irmãos**

*Ação civil pública foi ajuizada na 3ª Vara da Fazenda Pública. São solicitadas implementação de planos de segurança, manutenção e conservação do parque*

Para pressionar o governo do estado a iniciar as obras de reforma do Parque Estadual de Dois Irmãos, no Recife, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou ação civil pública na 3ª Vara da Fazenda Pública. Além das obras, ainda estão sendo solicitadas a elaboração e implementação de planos de segurança, manutenção e conservação do parque, a fim de se evitar a morte e desaparecimento de animais dentro da área de preservação.

De acordo com o autor da ação, o promotor de Justiça Ricardo Coelho, a situação precária em que se encontra o parque está causando riscos aos frequentadores e ameaçando a sobrevivência dos animais que vivem no local, sejam eles parte do plantel do zoológico ou habitantes do trecho de mata atlântica preservado dentro dos limites do parque, que tem 1.160 hectares.

A primeira medida solicitada pelo promotor é a construção de um hospital veterinário, equipamento hoje inexistente, para tratar dos mais de 600 animais que são mantidos no zoológico. Tendo em vista a demanda atual, bem como para garantir o funcionamento do futuro hospital, Ricardo Coelho também requereu à Justiça aumentar o número de profissionais, uma vez que a equipe do zoológico conta apenas com dois veterinários, três biólogos e um zootecnista.

Para evitar que tornem a ocorrer casos de morte de animais por envenenamento, como os apurados pela Delegacia de Polícia do Meio Ambiente entre 2009 e 2012, o MPPE solicitou à Justiça que o governo amplie o número de câmeras de monitoramento instaladas no parque, além de implementar e reforçar procedimentos de segurança de modo a garantir um policiamento atuante tanto durante o horário de funcionamento do parque quanto no período noturno.

<b>Assunto: No Recife, Juizado do Folião vai julgar crimes leves durante desfile do Galo</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 13/02/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **No Recife, Juizado do Folião vai julgar crimes leves durante desfile do Galo**

*Serão duas unidades de plantão para receber infratores flagrados no desfile. Após o registro da ocorrência, serão oferecidos acordos e penas alternativas.*

Quem for flagrado praticando crimes considerados leves durante o desfile do Galo da Madrugada será julgado ainda no Sábado de Zé Pereira (14), no Juizado do Folião. A iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estará de plantão em dois pontos do [Recife](#) para resolver problemas relacionados a delitos de menor potencial ofensivo, como agressões, atos obscenos, brigas, danos ao patrimônio público e provocação de tumulto.

Todos esses delitos têm pena de até dois anos de reclusão. Mas, no Juizado do Folião, os infratores terão a oportunidade de aceitar penas alternativas, como prestação de serviço à comunidade ou pagamento de multas. A proposta será feita pelos promotores que estarão de plantão nas duas unidades do juizado, localizadas no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio; e na Estação Central do Metrô, no bairro de São José. Os departamentos vão funcionar das 13h às 21h deste sábado e também contarão com a atuação de juízes, defensores e servidores públicos.

"O juizado tem toda uma estrutura montada para que o problema seja resolvido na hora. Se a pessoa cometer algum delito de menor potencial ofensivo, não for reincidente e não tiver usado o benefício de transação penal anteriormente, o promotor vai oferecer a pena alternativa. Se o acordo for fechado, o infrator cumpre essa pena. Caso não seja possível resolver o problema, ele será encaminhado ao juizado penal", explicou Isabella Magalhães, coordenadora adjunta dos Juizados Especiais do TJPE, em entrevista ao **Bom Dia Pernambuco** desta sexta-feira (13). O funcionamento é o mesmo dos outros sete anos de atuação da iniciativa, que no ano passado registrou 17 ocorrências.

Isabella ainda explicou que o Juizado do Folião recebe os infratores que já passaram pelas delegacias de polícia. Por isso, caso alguém se sinta lesado durante a festa, precisa passar inicialmente na delegacia para registrar a ocorrência. "As pessoas que são apreendidas cometendo delitos de menor potencial ofensivo são encaminhadas para a delegacia e passam por todos os órgãos legais antes de chegar ao Juizado", esclarece. Mas esse processo também será facilitado durante a Festa de Momo. Em todos os polos haverá uma delegacia de

plantão, com participação de delegados de Polícia, escrivães, peritos do Instituto Médico Legal (IML), Instituto Tavares Buril (ITB) e do Instituto de Criminalística (IC).

### **Plantão**

O Juizado do Folião funciona apenas no sábado de Carnaval. Por isso, os infratores apreendidos nos outros dias de folia terão que esperar o retorno das atividades judiciárias para terem seu problema julgado, na próxima quinta-feira (19). Nos dias de folia, o Tribunal de Justiça de **Pernambuco** (TJPE) funciona em regime de plantão e atenderá somente casos urgentes, como habeas corpus, comunicação de flagrante, apreciação de pedido de liberdade provisória, mandado de segurança e busca e apreensão de bens ou valores.

O atendimento será realizado entre as 13h e as 17h, do Sábado de Zé Pereira (14) à Quarta-Feira de Cinzas (18). No Recife, funcionam apenas o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra; e o Palácio da Justiça, no Centro do Recife. No interior, o atendimento se dará nas 15 sedes regionais de plantão. A lista completa dos locais pode ser conferida no site do TJPE.

### **Direito do Consumidor**

Já os casos relacionados a direito do consumidor poderão ser resolvidos em qualquer dia da folia, no Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife. A unidade vai funcionar durante todo o carnaval, das 7h às 19h, e recebe reclamações sobre atraso ou cancelamento de voo, problemas com bagagem, falta de assistência pela companhia aérea, overbooking (venda de passagens acima da capacidade da aeronave) e erro no nome ou sobrenome no bilhete aéreo.

Para apresentar uma queixa, não é preciso estar acompanhado por um advogado. Basta levar um documento de identificação com foto. Os juízes estarão de plantão para tentar promover a conciliação entre passageiros e empresas e evitar a abertura de processo judicial. Mas, nos casos em que não houver acordo, o usuário pode ingressar, no mesmo local, com uma ação judicial contra a companhia aérea.

<b>Assunto: Juizado Especial Cível do Aeroporto do Recife funcionará normalmente no Carnaval</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 13/02/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Juizado Especial Cível do Aeroporto do Recife funcionará normalmente no Carnaval**

*Unidade solucionará, de forma imediata, conflitos relativos ao direito do consumidor*

O Juizado Especial Cível do Aeroporto Internacional do Recife funcionará normalmente nos quatro dias de folia, ou seja, das 7h às 19h. A unidade solucionará, de forma imediata, conflitos relacionados ao direito do consumidor. Serão recebidas reclamações como as de atraso ou cancelamento de voo, problemas com bagagem, falta de assistência pela companhia aérea, overbooking (venda de passagens acima da capacidade da aeronave) e erro no nome ou sobrenome no bilhete aéreo.

A equipe do Juizado promove, na hora, conciliação entre os passageiros e as empresas, evitando a abertura de processo judicial. Nos casos em que não houver acordo, o usuário pode ingressar, no mesmo local, com uma ação judicial contra a companhia aérea. Qualquer passageiro que se sentir lesado pode procurar o serviço, que não exige a presença de advogado e é gratuito. Basta apresentar documento de identificação com foto.

Instalado em 2 de junho de 2014 para atender o público durante a Copa do Mundo, o Juizado Especial do Aeroporto do Recife tornou-se um serviço permanente oferecido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A unidade fica no primeiro andar do terminal aéreo, na Ala Sul, próximo ao Check-In Sul e ao guichê da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

<b>Assunto: Promotor de Meio Ambiente cobra início das obras no Parque de Dois Irmãos</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 13/02/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Promotor de Meio Ambiente cobra início das obras no Parque de Dois Irmãos**

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ajuizou ação civil pública na 3ª Vara da Fazenda Pública em desfavor do Governo do Estado de Pernambuco para pedir, em caráter de urgência, o início das obras de reforma do Parque Estadual de Dois Irmãos (PEDI), no bairro de mesmo nome, no Recife.

Além das obras, o MPPE requer ainda a elaboração e implementação de planos de segurança, manutenção e conservação do parque, a fim de se evitar a morte e desaparecimento de animais dentro da área de preservação.

De acordo com o autor da ação, o promotor de Justiça Ricardo Coelho, a situação precária em que se encontra o parque está causando riscos aos frequentadores e ameaçando a sobrevivência dos animais que vivem no local, sejam eles parte do plantel do zoológico ou habitantes do trecho de mata atlântica preservado dentro dos limites do parque, que tem 1.160 hectares.

“As obras emergenciais já foram autorizadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e incluídas no orçamento, com um montante de R\$ 40 milhões. Mas, apesar de terem sido anunciadas várias vezes, nada foi feito. Não há dúvida de que os animais são ali mantidos de forma inadequada”, lamentou Ricardo Coelho.

Com o intuito de preservar a biodiversidade, o promotor encaminhou à Justiça as medidas que entende serem necessárias para a manutenção de um meio ambiente equilibrado dentro do parque estadual.

A primeira delas é a construção de um hospital veterinário, equipamento hoje inexistente, para tratar dos mais de 600 animais que são mantidos no zoológico. Tendo em vista a demanda atual, bem como para garantir o funcionamento do futuro hospital, Ricardo Coelho também requereu à Justiça aumentar o número de profissionais, uma vez que a equipe do zoológico conta apenas com dois veterinários, três biólogos e um zootecnista.

Outra ação solicitada pelo MPPE é a adequação dos recintos dos animais, com o objetivo de garantir que cada espécie seja mantida em um ambiente que reproduza seu habitat fora do cativeiro, sem sujeira, lixo ou mofo que possam colocar em risco a saúde dos animais. A reforma deve garantir, ainda, a substituição das grades e telas de proteção por material que faça o isolamento dos recintos sem representar risco aos animais e ao público.

Por fim, para evitar que tornem a ocorrer casos de morte de animais por envenenamento, como os apurados pela Delegacia de Polícia do Meio Ambiente entre 2009 e 2012, o MPPE solicitou à Justiça que a Semas amplie o número de câmeras de monitoramento instaladas no PEDF, além de implementar e reforçar procedimentos de segurança de modo a garantir um policiamento atuante tanto durante o horário de funcionamento do parque quanto no período noturno.

“Os inquéritos policiais instaurados para investigar a morte criminosa por envenenamento de animais do parque de Dois Irmãos foram concluídos sem o indiciamento dos autores devido à falta de provas, pois a identificação foi dificultada pela ausência de câmeras de vigilância nos recintos dos animais”, acrescentou Ricardo Coelho.

**Entenda o caso** – a 12ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural da Capital abriu um inquérito civil em 2012 para investigar as circunstâncias em que ocorreram os casos de envenenamento de animais no PEDF. Segundo a Polícia Civil, entre os anos de 2009 e 2012 foram vitimados dois veados, um tubarão, um antílope, um hipopótamo, um jacaré de papo-amarelo, um cervo, um cangambá, um macaco bugio, um macaco cuxiú e um emu (semelhante à avestruz). Segundo laudos periciais, os animais morreram após ingerir alimentos com chumbinho que foram arremessados para dentro dos recintos.

Em audiência pública realizada no mês de maio de 2013, a Semas informou ao MPPE que já existia projeto de reforma para o Parque de Dois Irmãos, a ser implementado em três etapas, sendo a primeira delas iniciada ainda naquele ano.